

## **Infância como um campo de estudo multi e interdisciplinar: Algumas reflexões**

Catarina Almeida Tomás\*

---

**Resumo:** Este artigo tem como objectivo fazer algumas reflexões sobre a infância como um campo de estudo multi e interdisciplinar. Caracterizando, para o efeito, as diversas contribuições das várias disciplinas para a construção social da infância e as várias formas de pensar sobre as crianças.

**Palavras Chave:** Infância; Crianças; Interdisciplinar; Multidisciplinar; Construção Social.

**Abstract:** The main goal of this article is to reflect on childhood as a multi and interdisciplinary field. For this, I will characterise the contributions of several disciplines to the childhood social construction and the several ways of thinking about the children.

**Key-Words:** Childhood; Children; Interdisciplinar; Multidisciplinar; Social Construction.

### **1. A Infância como Construção Social**

Em 1993 foi constituída a Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. No Relatório Final, o grupo de investigadores indica, entre outros pontos, que a tarefa de «reestruturação das ciências sociais tem de resultar da interacção de estudiosos provenientes das mais diversas paragens e perspectivas (e numa diversidade que leve ainda em consideração o sexo, a raça, a classe e a cultura linguística [e porventura a idade]), e que esta interacção de todo o mundo seja algo de real (...)» (1996: 109). É precisamente a partir desta ideia que se desenvolve este artigo, já que um dos problemas que as ciências sociais se têm deparado na actualidade é a rigidez das demarcações disciplinares, facto que se verifica, por exemplo, quando se estuda a infância. Fora algumas excepções, as diversas ciências, sociais ou não, têm

adoptado uma visão parcial do fenómeno. Assim sendo, e frente a este obstáculo de fundo, gostaria de defender a tese de acordo com os objectivos do presente trabalho, que só através de uma abordagem e postura de integração disciplinar, uma discussão abrangente, global, das questões subjacentes a esta categoria social, e das questões que ela suscita, conseguiremos compreender o fenómeno na sua globalidade (ou pelo menos tentar). Vejamos, como a sociologia da infância, poderá estabelecer dita colaboração (vide quadro 1).

Obviamente que não se trata de uma matriz definitiva, única ou completa, mas apenas de um exercício de reflexão, porque a complexidade do tema, como é o da infância, exige respostas e abordagens múltiplas, mais ainda porque quando se pretende realizar um trabalho de investigação com este colectivo deparamo-nos com uma série de dificuldades: a) um objecto difícil de definir, especialmente enquanto a sua duração dentro do ciclo de vida dos indivíduos; e, inclui problemas

---

\* Departamento de Sociologia - Universidade da Beira Interior.

**QUADRO 1 - Parcelamento/Integração multidisciplinar no estudo sociológico da infância**

Dimensão do Estudo	Operacionalização em Epígrafes	Potencialidade de integração disciplinar
A Infância como Construção Social	O conceito de infância: caracterização socio-histórica. O determinado e o indeterminado no desenvolvimento infantil. A infância como fenómeno social. O estudo da infância numa perspectiva sociológica. A infância e as diferentes culturas.	História; Filosofia
Aspectos Metodológicos na Investigação Social da Infância	Fontes secundárias para o estudo da infância. Quantitativo/Qualitativo? Técnicas de investigação social aplicadas ao estudo da infância. Definição de indicadores sociais no âmbito dos menores. Censos, registos e outras fontes.	Estatística; Demografia; Economia
Infância, Desenvolvimento, Reprodução Social e Socialização	A "Natureza da Criança" vs Aprendizagem Social. A socialização como conceito sociológico. Socialização, cultura e personalidade. A reprodução social, entre individual e o social. Infância, crescimento e reducionismos. Desenvolvimento numa perspectiva sociológica. Como aprendemos a ser seres sociais? Meros receptores vs agentes activos no processo de socialização.	Psicologia Social, Psicologia, Antropologia Social; Biologia; Genética Comportamental <sup>(a)</sup>
Aspectos Demográficos relacionados com a Infância	A infância e a mudança demográfica. Fecundidade, fertilidade, natalidade e dados demográficos na sociedade moderna. A mediação da reprodução social: modelos demográficos.	Demografia, Estatística.
Aspectos espacio-temporais relacionados com a Infância	Identidades das crianças são construídas num espaço e lugar particulares; os processos socio-espaciais que envolvem as crianças; Global/Local: um progressivo sentido de espaço; Reconhecimento que as condições da infância variam entre tempos e espaços, consoante as características das várias sociedades; Processo de globalização e sua influência no quotidiano das crianças.	Geografia; Antropologia; Sociologia.
Família e Infância	A família e a mudança social: novas formas familiares e as suas consequências para a infância. O filho na família. Redefinição das funções familiares: para um novo modelo familiar? A infância e as alterações do ciclo de vida da família. Família e socialização: para um modelo explicativo do porque e o como da transformação de valores e outros conteúdos culturais.	Psicologia Social, Antropologia Social, Psiquiatria, Serviço Social
A infância em Meio Educativo	A infância e a sua socialização na escola. Modelos de atenção aos menores na mudança educativa. Educação e reprodução social. A interacção na aula: currículo escolar e educação. Estrutura social, infância e rendimento escolar. O comportamento desviante na escola, fracasso escolar ou social? O papel do professor. Modelos educativos de acordo com o tipo de infância ou massificação? Exclusão vs inclusão.	Pedagogia, Psicologia da Educação; Psicologia Social

<sup>(a)</sup> Não num sentido de imprimir uma orientação mais biológica às ciências sociais, nem reviver as ideias do determinismo genético. Das descobertas mais recentes da genética comportamental, sobretudo do projecto do genoma humano e dos desenvolvimentos mais recentes registados nas ciências naturais, a principal lição a tirar «é que, mais do que nunca, se torna necessário tomar muito a sério a complexidade da dinâmica social.» (Comissão Gulbenkian, 1996:111).

QUADRO 1 - Parcelamento/Integração multidisciplinar no estudo sociológico da infância

Infância e Exclusão	Infância, pobreza e marginalização. Conduta desviante e infância. Mau-trato infantil: factores de risco. Transtornos de personalidade durante o desenvolvimento: suas conexões com a estrutura social. Infância e incapacidade. O menor e a delinquência infantil. Trabalho infantil. Prevenção dos desvios: redes de apoio local ao menor.	Psicologia Social; Trabalho Social, Pedopsiquiatria, Direito, Pediatria <sup>(b)</sup>
A Protecção Social do Menor	Política familiar e protecção à infância. Modelos de intervenção estatal. O sistema público de serviços sociais em atenção ao menor. O papel do Estado no desenvolvimento infantil vs os direitos da família.	Serviço Social, Ciências Políticas, Economia
Infância e Produção Cultural	Infância e comunicação. Os media e a socialização da infância. A literatura infantil: uma aproximação sociológica. Modelos educativos extra escolares: indústria cultural e representação da realidade social. A sociedade do ócio e do lazer e a infância. O consumo e a sua relação com os menores. Crianças e as novas tecnologias de informação. Novos tipos de linguagem. Análise de como as crianças compreendem e respondem às mudanças globais.	Psicologia Social; Antropologia Social; História; Ciências da Comunicação; Marketing.

Fonte: Adaptado de Pascual (2000: 119-120)

<sup>(b)</sup> A medicina infantil só nasceu no século XIX e o «termo “pediatria” só aparecerá em 1872. No entanto, a segunda metade do século XVIII revela uma tomada de consciência por parte dos médicos da especificidade da criança, «coisa que (...), não tivera até então lugar. (...) Porque se pensava, (...) que as doenças das crianças eram mais difíceis de tratar que as dos adultos, pela boa razão de que as crianças pequenas não falarem.» (Badinter, s/d:76)

de natureza metodológica<sup>1</sup>, b) um objecto difícil de investigar, porque se encontra dentro de outras realidades que também são estudadas (por exemplo, a família e a educação), e c) é um objecto compartimentado por múltiplas disciplinas científicas nem sempre permeáveis entre si, como a Biologia, a Medicina, a Psicologia, a Pedagogia, a Sociologia, etc. (Pascual, 2000: 100-101).

No entanto, só muito lentamente, ao longo dos séculos, as crianças foram conquistando o direito a uma identidade própria e a modos de vida distintos dos

adultos, mais adaptados às suas próprias necessidades, começando a constituir-se como um grupo social. Podemos assim afirmar que o espaço social da infância é um espaço construído - **infância como construção social** - nas suas várias dimensões. Contudo, e considerando uma melhoria da situação, na maioria das vezes este espaço é construído pelos adultos sem (quase) nunca ser ter em conta a opinião e mesmo participação das crianças. Este facto deve-se à subsistência na actualidade de velhos paradigmas face à infância que podemos sintetizar em: a) Paradigma de Propriedade, que é uma imagem ainda prevalecente nas nossas sociedades e que podemos caracterizar através da expressão “É meu filho(a)/aluno, eu é que sei o que é melhor para ele”. Na história ocidental encontraremos sempre a posição subalterna das crianças em relação ao poder dos

<sup>1</sup> Por exemplo, na elaboração e aplicação de um questionário terá que ser equacionado a linguagem dos menores. Sobre metodologia, cf. Greig, A. & Taylor, J. (1999). *Doing Research with children*. London: Sage Publications. E, Ennew, J. (1994). *Niños de calle y niños trabajadores. Una guía de planificación*. N.º 4, Londres: Save the Children.

adultos, nomeadamente, ao poder paterno, já que, como as crianças, as mulheres tinham um papel secundário na sociedade. Cícero, recorda que o pai tinha sobre o seu filho o direito de vida e de morte, o direito de o castrar a seu bel-prazer, de o mandar flagelar, de o condenar à prisão, e por fim de o excluir da família (cit in Badinter, s/d:25); b) Paradigma da Perigosidade, herdado da filosofia e da teologia do século XVII. «Durante longos séculos, a teologia cristã na pessoa de Santo Agostinho elaborou uma imagem dramática da infância. Assim que nasce, a criança torna-se símbolo da força do mal, é um ser imperfeito, acabrunhado pelo peso do pecado original.» (Badinter, s/d:51). Na actualidade traduz-se, primeiro, no alarmismo, sobretudo por parte da comunicação social<sup>2</sup>, de sobrevalorizar comportamentos desviantes protagonizados por crianças e jovens ou aludir constantemente para o aumento da delinquência e criminalidade juvenil, mesmo que muitas vezes isso não corresponda à realidade; segundo, na mudança de paradigma em termos jurídico-legais: de um sistema de protecção adopta-se um modelo de justiça, mais re(penalizador) para as crianças com a criação, como no caso de Portugal, de regimes fechados para as crianças; c) Paradigma da Protecção e do Controlo<sup>3</sup>, que é uma doutrina que não desapareceu dos reflexos socio-psicológicos das sociedades contemporâneas, onde se

<sup>2</sup> Os primeiros estudos que exploraram as representações sociais da infância na cultura ocidental foram os de Chombart de Lowe, em 1971 - A infância como o mundo imaginativo construído pelos adultos. Os mitos sobre a natureza da infância presentes nos meios de comunicação social.

<sup>3</sup> Sobre a questão da sobreprotecção cf. W. Corsaro (1997).

considera a criança como um ser frágil, que não tem autonomia, ainda incapaz (a categoria, e utilizando a terminologia de Casas (1992) dos “ainda – não”), e que tem de ser obrigatoriamente protegida.

Podemos afirmar que se trata de uma visão colonizadora face à infância, já que a criança é considerada como um receptor passivo, é considerada como uma realidade social que se caracteriza pela sua dependência face a outros colectivos. Terá necessariamente que se (re)inventar um novo paradigma, um paradigma em que as crianças sejam considerados agentes sociais imprescindíveis e participativos na sociedade.

Como qualquer outro colectivo social, terá que receber por parte das instituições sociais, respostas concretas face às suas necessidades, estabelecendo-se o compromisso real da sua efectiva participação, autonomia e protagonismo social<sup>4</sup>, onde os seus direitos e deveres sejam efectivamente reconhecidos e se transformem em práticas sociais.

Por conseguinte, reivindica-se através deste conceito defender que as crianças têm os seus próprios direitos e que têm a capacidade de poder participar nas decisões

<sup>4</sup> O conceito de protagonismo aplicado à população infantil que aqui é utilizado traduz-se numa reapropriação do conceito que alguns autores, como Cussiánovich (1997) e Liebel (2000), utilizaram relativamente a investigações realizadas com os movimentos de crianças trabalhadores, crianças de rua e movimentos juvenis na América Latina. Estes movimentos surgiram nos anos 70 e existem hoje nos países periféricos, o denominado “Terceiro Mundo”: África, Ásia e América Latina. E foi aos esforços empreendidos por aquelas crianças, em promover um movimento social das crianças, que se designou por protagonismo infantil (Liebel, 2000: 15). A principal ideia das crianças é inserir-se em esferas das quais sempre estiveram excluídas (considerando também as crianças dos países centrais): trabalho e política – a infância invisível (Gaitán, 1998).

sobre todas as questões que as afectem<sup>5</sup>. É neste contexto que o contributo das diversas ciências se torna fundamental e imprescindível. Através de um trabalho interdisciplinar e complementar os diversos conhecimentos certamente contribuirão para um conhecimento mais profundo da realidade deste grupo social, promovendo, assim, um efectivo protagonismo infantil.

## 2. Perspectiva socio-histórica da Infância

A infância não é um fenómeno “natural”, que deriva directamente do desenvolvimento físico, mas uma construção social, como referi anteriormente, que se refere a um estatuto delimitado, que se incorpora dentro de uma estrutura social e que se manifesta em determinadas formas típicas de conduta, todas elas relacionadas com um conjunto concreto de elementos culturais (Jenks, 1982). É uma construção social gerada no contexto de um processo de mudança socio-histórica que alterou usos, concepções e percepções associadas aos menores (Pascual, 2000:99).

Desta forma, torna-se imprescindível caracterizar no tempo e no espaço, as principais contribuições científicas para a construção da infância, nomeadamente da História. Contudo, realizar uma perspectiva histórica da infância é uma tarefa árdua. Existem poucos dados históricos que documentem esta fase da vida. Este facto poderá estar relacionado com a concepção da infância que se tinha até ao século XIX. Houve no entanto diversos historiadores

que contribuíram para que se pudesse conhecer um pouco melhor a infância. Uma das obras mais conhecidas sobre a infância é *Centuries of Childhood*, de Philippe Ariès. Ainda que actualmente a teoria e metodologia utilizadas pelo autor sejam alvo de críticas por outros investigadores e cientistas, a sua investigação foi fundamental para que a infância fosse estudada a partir da perspectiva das crianças, dos próprios actores sociais. Podemos, assim afirmar que a contribuição de Ariès é a mais próxima ao próprio núcleo do pensamento sociológico (Pascual, 2000: 103).

Ariès considerava que na Idade Média não existia o conceito de infância, uma vez que as crianças começavam a fazer parte do mundo adulto, logo que podiam prescindir dos cuidados das mães ou das amas (Corsaro, 1997: 50). Segundo este historiador, é sobretudo a partir do século XVI que se verifica um maior interesse e reconhecimento da infância, sendo esta considerada uma fase de inocência e de doçura. A partir do século XVIII, a infância começa a ser considerada como uma fase de imaturidade, e por esse motivo as crianças deveriam ser treinadas e disciplinadas<sup>6</sup> para poderem adaptar-se ao mundo dos adultos (ibidem: 50).

Estudando com minúcia a iconografia, a pedagogia e os jogos das crianças, Ariès conclui que, «a partir do início do século XVII, os adultos modificam a sua concepção da infância e concedem-lhe nova atenção, ao contrário do que acontecia anteriormente.» (cit in Badinter, s/d:49). Contudo, não considerava que se tivesse verificado melhorias na situação das crianças, uma vez que o processo de separação da infância do mundo adulto se

<sup>5</sup> Sobre estudos empíricos, cf. Archbold, C. & Irvine, C. (2000). *Consulting with Children and Young People: The Office of Law Reform's Experience. Child Care in Practice*, Vol. 8, n. 1, 73-75. E, Keeley, K. (2002). *Fermanagh Shadow Youth Council: Youth Participation in Decision Making. Child Care in*

<sup>6</sup> Ideia defendida pelas teorias deterministas da Sociologia da Infância.

baseou sobretudo em separações de raça e de classe.

A tese de deMause (1982: 15), oposta à de Ariès, defende que quanto mais se retrocede na história da infância, mais frequentes são os casos de crianças expostas a morte violenta, ao abandono, ao terror e aos abusos sexuais.

Se as várias áreas de conhecimento têm omitido dos seus estudos a infância talvez seja porque durante muitos séculos a criança se encontrava “diluída” no mundo dos adultos, mesmo os estudos sobre socialização e desenvolvimento, que consideravam as crianças como seu objecto de estudo, centravam a sua preocupação no mundo dos adultos e nas formas adultas de ordem social (Alanen, 1988; Burman, 1994 cit in Lee, 1998:458). Observamos isso, por exemplo, com a perspectiva de deMause, quando caracteriza as três formas principais como se podem processar as relações entre pais e filhos:

**1.Reacção Projectiva** – os pais projectam os seus sentimentos nos filhos. Por exemplo, se um filho sofria um acidente, esse facto era considerado um castigo pelas más acções dos pais, em vez de ser atribuído à desatenção das próprias crianças.

**2.Reacções de “inversión”** – os filhos existem para satisfazer as necessidades dos pais (necessidades afectivas, económicas e sociais). As relações entre ambos eram sobretudo consideradas em função das obrigações que os filhos tinham para com os pais e nunca o contrário.

**3.Reacção Empática** – Consiste na capacidade dos pais se situarem ao nível das necessidades dos seus filhos, analisando-as segundo a perspectiva da criança e não segundo a perspectiva do adulto.

Os dois primeiros tipos de atitudes referidos são os mais frequentes até aos

séculos XVIII/XIX. Até aqui situações de abandono, negligência e abuso sexual eram frequentes e raramente repudiados e sancionados social e juridicamente.

Se nos questionamos dos motivos explicativos para a inexistência de cuidados e de leis que protegessem as crianças, talvez a resposta se encontre no facto de não existir um reconhecimento face a esta categoria social, por conseguinte, as crianças viviam desde os primeiros tempos em função dos interesses dos pais, mostrando-lhes obediência e dedicação. Podemos assim afirmar que não existia o espaço social da infância.

A evolução dos cuidados para com as crianças é um processo extremamente heterogéneo, decorrendo daí o facto de ser uma tarefa quase impossível determinar o período histórico das diferentes formas de cuidar de crianças<sup>7</sup>. No entanto, os historiadores da infância, indicam que foi na época pós-medieval que se registaram uma série de mudanças institucionais que servirão de base à instituição da infância moderna, entendida como um âmbito da vida social, específico e separado do resto da vida social. As mudanças nas atitudes e nas instituições relacionadas com a infância não se desenvolveram de forma isolada ou fortuita, bem pelo contrário, têm de ser compreendidas e analisadas como o resultado de processos sociais mais amplos, de índole económica, política, histórica, social e cultural.

<sup>7</sup> A periodização de tipo de relação entre pais e filhos que na maioria das vezes se utiliza nas investigações é da autoria de Lloyd deMause (1982: 88-90). As datas não são exactas, contudo deixam perceber a partir de que momentos se iniciaram os principais factores de mudança: Infanticídio (Antiguidade – Século IV); Abandono (séculos IV – XIII); Ambivalência (século XIV – XVIII); Intrusão (Século XVIII); Socialização (século XIX – meados do século XX); Ajuda (começa em meados do século XX).

A mudança na conduta reprodutiva que teve lugar nalguns países europeus, ainda durante o século XIX, foi, sem dúvida uma das mais transcendentais na história da humanidade. O “modo de procriação moderno” terá ficado a dever-se a outros factores sócio - culturais: ao “sentimento da infância”, que deixou de representar os filhos como instrumentos de produção de riqueza, à autonomia familiar, que privatizou a família isolando-a do controlo do exterior, e à descoberta das “técnicas do corpo” que podem modificar no próprio as leis da natureza. Através do primeiro factor, as crianças passaram a representar um valor e uma entidade próprias.

Pelo segundo, o casal passou a ser “livre de decidir ter ou não ter filhos”, no “cenário privado da intimidade familiar”, o ambiente da família conjugal, modelo familiar dominante na era moderna.

O terceiro deu à família nuclear o instrumento de que ela necessitava para gerir a procriação, em função desse novo objectivo, o qual consistia em “servir” os filhos, em vez de os utilizar.

Assim, a articulação entre a fecundidade e o novo quadro de estruturas mentais surgido da modernidade apresenta-se particularmente importante para entender o objecto analítico do novo campo da infância. Neste sentido, a afirmação da nova estrutura mental, para alguns autores, fica-se a dever a um novo “estado de consciência” quanto à família e à criança na família e não a um determinismo tecnológico da medicina ou tão só à laicização dos costumes. Quem teimar em ignorar o longo processo de regulação da procriação - o qual, contemporaneamente, subjaz à ideia de planeamento familiar - ignora também um dos aspectos fundamentais da própria história da evolução da família e da infância, tornando-se incapaz de toda a compreensão

que não seja abstracta e estritamente normativa (Tomás, 2000). Acrescenta-se a esta mudança, as alterações demográficas, e o conseqüente envelhecimento da população, sobretudo na Europa; o início do período de escolarização (sobretudo a obrigatória) dos menores e o surgimento do Estado-Providência. São alguns dos factores explicativos na evolução da infância enquanto categoria social, que desenvolverei mais adiante.

### **3. A construção de um campo de estudo: principais contribuições científicas**

Com o aparecimento de estudos pioneiros acerca da história da infância, foram surgindo novas teorias que abordam diferentes perspectivas da infância. Por exemplo, Pollock (cit in Corsaro, 1997: 50-51), recorrendo a diferentes fontes documentais, defendia que não se poderia generalizar as relações de desinteresse e maus-tratos a todas as famílias nos séculos anteriores. O autor procurou demonstrar que as relações entre pais e filhos não eram formais e unilaterais em todas as famílias. Outra historiadora, Hanawalt (cit in Corsaro, 1997: 54), apesar de reconhecer que, entre o século XIV e XV existia uma elevada taxa de mortalidade infantil, rejeita a ideia de que a negligência e o abuso de crianças fosse prática comum, e rejeita também a ideia de que não existisse uma distinção entre infância e idade adulta. Defende a sua tese através da análise de processos de tribunais, através dos quais verificou a existência de casos em que se decidia a favor de crianças que haviam sido mal tratadas. Alston e Wiggins (cit in Corsaro, 1997: 57), procuram comprovar que em algumas sociedades existia um tempo para brincar, e as crianças apenas começariam a trabalhar a tempo inteiro a

partir dos treze anos. Contudo, o objectivo das brincadeiras era ajudar as crianças a enfrentar as suas ansiedades e medos, para se prepararem para a vida adulta e também para que crescessem saudáveis e fortes para terem plena capacidade de trabalho quando chegassem à vida adulta (Corsaro, 1997: 54-55). O autor indica ainda outros exemplos de estudos históricos da infância. Desses vários estudos convém salientar o facto de que cada um deles se centrar em determinado enfoque, dando particular atenção a uma característica diferente da infância. Daí se poder inferir da complementaridade entre si, proporcionando uma perspectiva mais ampla deste grupo social, reforçando a ideia de que a forma como se processa a infância, depende não só do contexto histórico, mas também do contexto socio-cultural.

É sobretudo no início do século XVIII, que surgem «obras que apelam para novos sentimentos por parte dos pais e, em particular, para o amor maternal. É verdade que o médico parteiro Philippe Hecquet, desde 1708, Crousaz em 1722 e outros tinham já traçado a lista dos deveres de uma boa mãe. Mas não foram ouvidos pelos seus contemporâneos.» (Badinter, s/d:50). Contudo, na época do Iluminismo, com a contribuição de diversos filósofos dá-se o autêntico impulso para a formação do actual conceito de infância. Deles se destacam o filósofo inglês, John Locke<sup>8</sup>, e o filósofo francês Jean Jacques Rousseau<sup>9</sup>. Ambos reconheceram o papel

decisivo da atenção e intervenção dos adultos no processo de formação das crianças. Contudo, o pensamento dos dois autores diverge sobretudo no que diz respeito ao tipo de intervenção que os adultos exercem junto dos menores: enquanto Locke considerava que os adultos deviam agir junto das crianças para que estas se transformassem em adultos, Rousseau, por seu lado considerava que os adultos deviam intervir o menos possível, agindo de forma a preservar as virtudes das crianças, e a protegê-las dos riscos provindos da sociedade.

Por seu lado, o filósofo norte-americano, George H. Mead<sup>10</sup>, centra os seus estudos nos processos que permitem à criança desenvolver a noção do *self* (eu) e dos outros. A construção do *self*, é considerado um produto social, e permite à criança unificar as diferentes dimensões da realidade social.

A Psicanálise e a Psicologia, contribuíram também de forma decisiva para que a infância fosse considerada como uma etapa fundamental do desenvolvimento dos indivíduos. O psicanalista Sigmund Freud, opunha-se à ideia de que as crianças se assemelham a uma *tabula rasa*, defendendo que cada indivíduo nasce dotado de «um aparelho psíquico, de impulsos instintivos e de capacidades de enfrentar os obstáculos que se lhe deparam (ansiedade, separação, etc.)» (Pinto, 1997: 42). Freud diverge também da perspectiva de Rousseau, uma vez que considera que os mecanismos de recalçamento da sociedade são indispensáveis para que se possa compreender a própria civilização (ibidem: 42).

<sup>8</sup> Locke, filósofo do século XVIII, defendia os ideais do Iluminismo. A sua teoria baseava-se sobretudo no conceito de *Tábua Rasa*, segundo a qual a criança seria como uma espécie de cera maleável, onde os adultos poderiam “escrever” aquilo que consideravam necessário ao seu desenvolvimento (Pinto, 1997: 40).

<sup>9</sup> Rousseau, filósofo francês. Uma das suas obras mais conhecidas é *Emílio*, no qual defende que o ser humano é naturalmente bom. Considerava a criança como um ser que nasce puro e bom, sendo por isso merecedor de piedade, de protecção e de amor.

<sup>10</sup> (1863-1931) Frequentemente considerado como o pai do Interaccionismo Simbólico. Descreveu o processo de socialização como uma sequência de realização de função, que permite ao socializado interiorizar “o outro generalizado”.



Quanto aos aspectos sociais da infância, segundo Qvortrup<sup>11</sup> (1994) as crianças não só foram ignoradas, como também marginalizadas pela Sociologia, apontando, para tal, razões que se prendem, por um lado, com a posição de subordinação que as crianças ainda ocupam nas sociedades e, por outro lado, com as conceptualizações teóricas da infância e da socialização<sup>12</sup>. Com efeito, a origem do termo “Sociologia da Infância” remonta aos anos 30, mas na segunda metade do século poucas são as obras que transportam esta noção nos seus títulos. Segundo Corsaro (1997), foi o trabalho desenvolvido pelas minorias e por grupos feministas, que despertou o interesse pelas crianças, e levou a que estas fossem consideradas como uma categoria social, que deveria ser estudada de forma diferente dos adultos.

De qualquer forma, decorrente de uma redescoberta da infância por parte da Sociologia verificou-se, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX, um “boom” na pesquisa sobre a infância, a Sociologia redescobriu a infância, tendo como consequência algumas mudanças visíveis: projectos internacionais; livros sobre Sociologia da Infância; um número razoável de artigos foram já editados e até têm sido publicadas algumas revistas da especialidade. Também a nível de organização e de um determinado grau de

institucionalização se pode dar conta de novas actividades (com quase um século de atraso, em comparação a psicólogos, por exemplo), como o estabelecimento do Comité de Investigação dedicado à sociologia da infância no XII Congresso Mundial de Sociologia e a Associação Internacional de Sociologia (ISA), realizado em 1990 (mas a iniciativa partiu da *Nordic Sociological Association*, em 1984), até à realização de um Curso Internacional de Verão – “El Espacio Social de la Infância – promovido pelo Colégio de Politólogos e Sociólogos de Madrid, em 2002.

De facto, a nova orientação da pesquisa sobre a infância, pelos sociólogos, surgiu um pouco em simultâneo num determinado número de sociedades industrializadas que, num mundo globalizado, exibem em grande parte o mesmo género de características sociais. Este interesse deu origem a uma grande quantidade de pesquisas, em particular pesquisas relacionadas com as políticas sociais dirigidas a este sector da população. Assim, foram surgindo várias teorias que procuram explicar e compreender o papel que as crianças desempenham na sociedade. Existem duas perspectivas principais da infância: uma perspectiva determinista e uma perspectiva construtiva e interpretativa. A primeira considera a criança como um produto ou construção social. As teorias deterministas, consideram a socialização como um processo através do qual as crianças se preparam para a vida adulta, desempenhando um papel essencialmente passivo.

As teorias construtivas e interpretativas, onde se inclui o trabalho dos psicólogos Jean Piaget e de Lev Vygotsky (Corsaro, 1997: 11-18; Pinto, 1997: 45-50), consideram que quer os adultos, quer as crianças, participam activamente na

<sup>11</sup> Professor de Sociologia e director do Norwegian Centre for Child Research, da Universidade de Trondheim. Tem – se dedicado nos últimos anos ao estabelecimento de uma Sociologia da Infância.

<sup>12</sup> Sobre a forma como a sociologia britânica tendeu (e ainda tende) a ignorar as crianças e a infância, estudando-as indirectamente em áreas sub-disciplinares, como a família e educação (a dominação das teorias da socialização) cf. Brannen, J. & O'Brien, M. (1995) *Childhood and the Sociological Gaze: Paradigms and Paradoxes. Sociology* 29:729-737.

construção da infância. Defendem que as crianças não se limitam a assimilar a cultura dos adultos, mas desenvolvem estratégias próprias para interpretar e se adaptarem ao mundo adulto.

As teorias tradicionais tendem a ser deterministas, considerando que a infância é essencialmente uma fase de transição para o mundo adulto, durante a qual se aprendem as normas e regras para se ajustar à sociedade em que vive. Estas teorias são constituídas por dois modelos principais (Corsaro, 1997: 9 e segs): 1) Modelo Funcionalista – o principal contributo para este modelo foi fornecido por Talcott Parsons<sup>13</sup>.

Este autor considera que a sociedade é um sistema, que se auto reproduz através do processo de socialização. Não reconhece um lugar especial para as crianças. Segundo este, a infância não passará de uma fase de transição para a vida adulta, durante a qual as crianças são treinadas para aceitar e seguir as normas sociais existentes. Existe um conjunto de valores, definidos pelos adultos que deverão ser aprendidos pelas crianças de forma a assegurar a estabilidade do sistema social. 2) Modelo de Reprodução Social (*Reproductive Models*) - neste modelo o processo de socialização é considerado como uma forma de controlo social, que assegura a reprodução social e a perpetuidade das desigualdades entre as diferentes classes sociais. Tal como o modelo anterior, não considera que as crianças sejam capazes de contribuir activamente para a construção do social. Poderá estabelecer-se um paralelismo

<sup>13</sup> Sociólogo americano que produziu uma teoria da acção social que teve em conta, para além da pesquisa do interesse pessoal, a interiorização dos sistemas de normas e valores. Foi também considerado como o principal representante do estruturo-funcionalismo.

destes anteriores modelos com a teoria de Locke, que afirma que a criança quando nasce é uma tábua rasa, e que as crianças terão que trabalhar para que possam, quando adultos, adaptar-se à sociedade; e com a teorias de Rousseau, que defende que quando nasce, o ser humano é inocente e que é a sociedade que o corrompe, não reconhecendo a capacidade de resposta da criança.

As teorias construtivas, proporcionam novos avanços no conhecimento da infância e das diferentes fases que a constituem, daí considerar-se e defender-se a existência de várias infâncias. Um dos seus principais representantes é o psicólogo Piaget. Este considera que a infância é constituída por diversos estádios intelectuais, ao longo dos quais a criança desenvolve as suas capacidades e respostas sociais. Acompanhando o seu desenvolvimento podemos aperceber-nos que as crianças percebem e organizam os seus mundos de forma diferente dos adultos (Corsaro, 1997: 12).

O autor chama a atenção para um outro conceito importante: o conceito de *equilibrium*, que define a capacidade das crianças para lidar com problemas vindos do exterior. O restabelecimento do seu equilíbrio, ou a capacidade das crianças se defenderem dos seus problemas, depende das actividades que sejam desenvolvidas no seu contexto social (Corsaro, 1997: 13).

Relativamente às teorias interpretativas, o principal autor destas teorias, foi o psicólogo Lev Vygotsky. Como Piaget, salienta o papel activo das crianças no desenvolvimento humano. Considera que as crianças desenvolvem estratégias para lidar com a realidade social. Quando esta se altera, também as estratégias das

crianças se modificam (Corsaro: 14-15). Contudo, ao contrário de Piaget, que considera que o desenvolvimento das crianças é um processo essencialmente individual, Vygotsky considera que o desenvolvimento das crianças se processa num contínuo de interacções entre adultos e crianças. Uma outra diferença entre os dois autores consiste no facto de Piaget se centrar sobretudo nas características dos processos e estruturas cognitivas, enquanto que Vygotsky salienta que são as actividades praticas e os eventos culturais em que a criança participa, que determinam em grande medida a forma como se interioriza, apropria e reproduz a cultura e a sociedade. Um outro aspecto importante da teoria do autor é o facto deste considerar que o desenvolvimento das crianças é fruto de um processo de interacção, de um processo colectivo. Para fundamentar a sua tese refere-se ao conceito interiorização da cultura e da sociedade, que consiste num processo em que a criança desenvolve os seus conhecimentos e capacidades, inicialmente ao nível social, e só depois, através da meditação e interpretação que levam à recriação da sociedade e permitem às crianças criar respostas às questões que surgem no seu quotidiano.

Estas teorias têm algumas limitações, nomeadamente por analisarem a infância individualmente, sem ter em consideração o seu contexto social mais amplo. Contudo foram fundamentais para salientar a importância da infância, e a capacidade das crianças participarem activamente na construção da realidade social. Contribuíram ainda para que as crianças fossem consideradas agentes activos do seu próprio desenvolvimento, não sendo apenas fruto da acção dos adultos.

Mas, a partir de que momento da história da humanidade se assistiu ao despertar do

interesse pela infância? O século XIX foi determinante para que as crianças deixassem de ser consideradas como “adultos em miniatura”, porque foi nesse século que começaram a surgir as primeiras leis de protecção à infância um pouco por toda a Europa, e sobretudo em países como a França, a Inglaterra e Países Baixos. Contudo, até atingirmos o modelo actualmente em vigor, houve um longo caminho a percorrer. Diversos autores caracterizam as diferentes fases da evolução do sistema de protecção de menores, a saber:

**1. A Criança como um “adulto em miniatura”** - Até meados do século XIX, a criança era inteiramente responsável pelos seus actos. Se cometia um acto classificado como crime, deveria ser castigado como um adulto cumprindo uma pena de prisão<sup>14</sup>. Após esta, os menores eram acompanhados por associações de iniciativa privada (movimentos filantrópicos) com o intuito de proceder à sua reintegração na sociedade. Nesta época o Estado ainda não desenvolvia políticas sociais. Esta competência desenvolve-se sobretudo a partir das duas primeiras décadas do século XX com o desenvolvimento do Estado-Providência (Santos, 1989: 15). Anteriormente, as políticas sociais assumiam sobretudo a forma caritativa.

**2. Pouco a pouco os *movimentos filantrópicos* vêm a sua importância acrescida.** Foi através deles que começaram a aparecer as primeiras alternativas à privação de liberdade dos jovens<sup>15</sup>. Quer fossem de carácter religioso ou laico, estes

<sup>14</sup> Contudo as penas de prisão das crianças eram em geral mais curtas.

<sup>15</sup> As alternativas consistiam normalmente no envio dos menores para colónias agrícolas que tinham o objectivo de os educar, mas também de os punir.

movimentos reconheciam a necessidade de separar os detidos menores dos detidos adultos e, consideravam importante encontrar soluções alternativas à prisão para os menores.

**3. A família na origem do risco** – A partir de 1890, após diversos congressos sobre a protecção de crianças, a culpa antes atribuída a estas, é transferida para o seu grupo familiar. As famílias mais desfavorecidas eram consideradas como o principal factor de risco para o menor. A criança é então considerada “vítima” do contexto em que vive. Considerava-se que os delinquentes provinham sobretudo das classes mais desfavorecidas. Uma vez que a família pode estar na origem das situações de risco, começa a sentir-se a necessidade de uma intervenção do Estado de forma a adoptar medidas que possam alterar a sua situação desfavorável.

Neste contexto, surgem as **primeiras leis de protecção** a menores. Estas visam a interdição do trabalho infantil, a instituição da escolaridade obrigatória e a inibição do poder paternal.

**4. Profissionalização** – Sobretudo a partir da II Guerra Mundial, começa a ser frequente verificar-se uma complementaridade entre profissionais como psicólogos e psiquiatras e profissionais da justiça. Os primeiros consideram que existiam diferentes comportamentos desviantes que deveriam desencadear diferentes formas de actuação. Esta atitude surge em oposição ao tratamento homogéneo que os movimentos filantrópicos aplicavam aos menores a seu cuidado. Foi, sobretudo no campo da marginalização e dos comportamentos desviantes, que se produziu uma maior sistematização de conhecimentos sobre a infância<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> Cf. Foucault, M. (1977). *Discipline and Punish. The Birth of the Prison*. London: Penguin Books.

### **5. O Surgimento do Estado-Providência**

Ao longo do século XX, verifica-se uma acumulação de capitais, que permite a libertação de meios que são aplicados em políticas sociais a favor da classe operária e de grupos sociais desfavorecidos. Entre essas políticas sociais estavam incluídas medidas de protecção à infância e juventude. Nomeadamente verificou-se uma diminuição dos custos com a educação, para permitir às classes baixas acesso à escolaridade obrigatória. Terá sido este um primeiro passo em direcção a medidas políticas ao nível da prevenção, uma vez que se se tivesse uma boa educação poder-se-ia evitar comportamentos desviantes e aumentar as possibilidades de um desenvolvimento equilibrado. Também a escola, constitui uma ferramenta privilegiada para o controlo e normalização das crianças, passos essenciais para regularizar o inexistente controlo estatal (Pascual, 2000:106).

### **6. Organizações Não Governamentais**

A partir dos anos setenta começa novamente a ganhar expressão a iniciativa privada das ONG's. Através destes organismos internacionais, começam a detectar-se casos de crianças vítimas de inúmeras situações de risco: crianças negligenciadas, vítimas de má nutrição e de saúde precária são apenas alguns exemplos dos problemas relacionados com a infância. Neste campo a UNICEF tem vindo a desenvolver um trabalho importante, assim como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta última elaborou, em 1999, um documento que visa a eliminação do trabalho infantil (*International Programme on the Elimination of Child Labor – IPEC*). A UNESCO, através da Unidade de Primeira Infância e Educação Familiar, desenvolve também actividades no sentido de

incentivar os governos a integrarem nos seus planos sociais e económicos de longo prazo, programas integrados para a primeira infância e programas de apoio à família baseados na comunidade. Participa também em actividades das Nações Unidas no sentido de defender a Convenção sobre os Direitos da Criança. Um dos seus objectivos visa coordenar informação sobre fontes, organizações, políticas e programas da primeira infância, de forma a desenvolver uma estratégia de comunicação inter-agência sobre a primeira infância. Havendo uma maior consciência para os problemas das crianças começam a elaborar-se, sobretudo após 1979, Ano Internacional da Criança, vários documentos internacionais, que procuram sensibilizar os diferentes países para a importância de criar leis que protejam os direitos dos menores.

Decididamente, o período mais fértil, no que diz respeito à criação de documentos relacionados com a infância, verificou-se a partir da década de oitenta do século passado. Tal facto verifica-se em parte devido a uma diminuição progressiva da taxa de natalidade, que contribuiu de forma decisiva para que a infância adquira maior relevo e atenções especiais nas sociedades ocidentais contemporâneas (Pinto e Sarmiento, 1997: 11).

Dos documentos jurídicos criados para defender o bem-estar das Crianças e dos Jovens, são exemplo os seguintes: Declaração dos Direitos da Criança, de 1923, designada por *Declaração de Genebra* (Carta da União Nacional de Protecção à Infância); *Declaração Universal dos Direitos da Criança* (ONU, 1959); *Convenção Relativa à Competência das Autoridades e da Lei Aplicável em Matéria de Protecção de Menores* (Haia, 1961); *Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças* (Estrasburgo,

1967); em 1978, a Comissão dos Direitos do Homem decide incluir na sua agenda a questão de uma Convenção sobre os Direitos da Criança, no sentido da sua preparação e aprovação pela Assembleia Geral; *Estatuto da Criança e do Adolescente* Lei n.º 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Brasil); Convenção do Conselho da Europa sobre o Exercício dos Direitos da Criança (1996), entre outros.

Se considerarmos que a descoberta da infância é uma realidade recente, é compreensível que a construção de direitos que dessem resposta às necessidades das crianças também o seja. A conquista de um corpo de direitos para as crianças, apesar de ser considerado um dado adquirido, pelo menos teoricamente, para grande parte da sociedade ocidental, apresenta-se ainda hoje em muitos contextos civilizacionais num estado muito próximo daquele que caracterizou o início do percurso de construção de tais direitos. O desenvolvimento de diversas ciências no século XIX, tais como a Pedagogia, a Psicologia, a Medicina Infantil, teve uma grande influência na separação do mundo das crianças do mundo dos adultos, assumindo-se assim, como uma categoria social especialmente vulnerável com necessidades de protecção.

Foi também no século XIX que as crianças foram objecto do primeiro diploma legal que estabelecia o limite mínimo de idade para trabalhar nas minas de carvão. Foi o *Factory Act*, na Inglaterra, que foi pioneira nesta matéria tal como a Bélgica e a França (Tomás, 2001: 94). No século XX, a inglesa Eglantyne Jebb, iniciou o movimento de defesa dos direitos da criança, gerando uma onda de solidariedade e apoio à sua causa, ao defender que os custos das guerras dos adultos eram pagas pelas crianças, distribuindo pelas ruas

fotografias de crianças famintas e vítimas da guerra, acto pelo qual foi presa. Este movimento internacional esteve na base da elaboração da Primeira Declaração dos Direitos da Criança, usualmente denominada por “Declaração de Genebra”, em 1923.

É essencialmente após a II Guerra Mundial que a sistematização dos direitos da criança aparecem com mais relevância, resultando como resposta às graves condições de pobreza e carência vividas na Europa. E é assim que em 1946 se funda o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), organismo que, tem um papel fundamental na defesa dos direitos da criança, sempre com o intuito de melhorar a vida das mesmas.

Em 10 de Dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclama a Declaração dos Direitos do Homem, onde não constava os temas específicos da Infância (Tomás, 2001: 94). Só mais tarde, em 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas promulga a Declaração Universal dos Direitos das Crianças que, não teve força vinculativa junto dos Estados que a subscreveram, surgindo assim, a necessidade de formular uma Convenção das Nações Unidas que fosse capaz de comprometer os Estados com obrigações muito específicas.

Segundo Tomás (2001: 94), o ano de 1979, foi o ano em que se celebrou o Ano Internacional da Criança, em que um grupo de trabalho das Nações Unidas, por proposta do governo polaco, começou a preparar uma Convenção dos Direitos da Criança, que viria a consubstanciar-se somente em finais de 1989, onde a criança passa a ser considerada um cidadão com capacidade de ser titular de direitos.

O ano de 1989 foi decisivo para que se avançasse no sentido da tomada de consciência sobre o papel das crianças na

sociedade. Nesse ano foi elaborada pelas Nações Unidas A *Convenção Sobre os Direitos da Criança*, que constitui o ponto máximo de um processo de criação de medidas no sentido da defesa dos direitos das crianças. As actuais políticas da infância de muitos países ocidentais são construídas a partir deste documento. O seu objectivo consiste em dinamizar os processos internacionais de responsabilização, solidariedade, cooperação e assistência indispensáveis para procurar encontrar soluções para os problemas graves da criança em todo o mundo. Na base da Convenção está também a ideia de que é fundamental uma intervenção interdisciplinar e integrada do direito em matéria de infância e da família, para que se crie uma visão global e integrada da infância.

### **Considerações Finais**

As alterações de comportamentos e atitudes dos adultos face às crianças não foram lineares. É evidente que a forma como se interpretou, e ainda interpreta, a infância mudou muito ao longo dos séculos, ao ponto de justificar que na actualidade surjam quadros jurídico-legais que visam proteger o ser humano na sua fase mais vulnerável.

A infância é um campo de estudo que deve ser estudado numa perspectiva multi e interdisciplinar, com uma base pluriparadigmática, porque desde sempre se tem adoptado enfoques parciais e muito específicos, o que tornou a infância um objecto de análise compartimentado. E ao contrário do que muitos autores afirmam a «existência de outras visões e outras vozes sobre o mundo da infância não é sinónimo de desordem ou caos metodológico, senão uma última e genuína

expressão da própria complexidade e multidimensionalidade do fenómeno a estudar (e em última instância, da necessidade de manter um pluralismo cognitivo e metodológico).» [original em espanhol] (Pascual, 2000:117-118).

## Referências

### Bibliográficas

- Badinter, E. (s/d). *O Amor Incerto. História do Amor Maternal* (Do séc. XVII ao séc. XX) Lisboa: Relógio d'Água Editores Lda.
- Casas, F. (1992). Las representaciones sociales de las necesidades de los niños y las niñas. *Anuario de Psicología*, 53. Madrid.
- Comissão Gulbenkian. (1996). *Para Abrir as Ciências Sociais. Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a Reestruturação das Ciências Sociais*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Coquet, E. (Coord.) (2000). *Actas do Congresso Internacional: Os Mundos Sociais e Culturais da Infância*. Braga: Universidade do Minho/ Instituto de Estudos da Criança, 19-22 de Janeiro, III vol. de Actas.
- Corsaro, W. A. (1997). *The Sociology of Childhood*. California: Pine Forge Press.
- Cussiánovich, A. (1997). Infancia como representación social. *Niños trabajadores y protagonismo de la infancia*. Lima: IFEJANT-MNNATSOP.
- deMAUSE, L. (1982). *Historia de La Infancia*. Madrid: Alianza Universidad.
- Gaitan Muñoz, L (1998). *El Espacio Social de la infancia. Los niños en el Estado del Bienestar*. Madrid: Instituto del Menor y la Familia.
- Giddens, A. (2000). *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial Presença.
- Greig, A. & Taylor, J. (1999). *Doing Research with children*. London: Sage Publications.
- Holloway, S. L. & Valentine, G. (2000). Spatiality and the New Social Studies of Childhood. *Sociology*, vol.34, n.º 4, 763-783.
- James, A. & Prout, A. (Editors) (1997). *Constructing and Reconstructing Childhood*. UK: Falmer Press.
- Jenks, C. (1982). *The Sociology of Childhood*. Essential Readings. London: Gregg Revivals.
- Jenks, C. (1996). *Childhood*. London: Routledge.
- Krieken, R. Van. (1992). *Children and the State*. Sydney: Allen & Unwin Pty Ltd.
- Lee, N. (1998). Towards an immature sociology. *The Sociological Review*, vol.46, n.º 3, August, 458-482.
- Liebel, M. (2000). *La Outra Infancia. Niñez Trabajadora y acción social*. Lima: IFEJANT.
- Mayall, B. (1996). *Towards a Sociology for Childhood*. UK: Open University Press.
- Montessori, M. (1966). *A Criança*. Lisboa: Portugália Editora.
- Parton, N., Thorpe, D. & Wattam, C. (1997). *Child Protection: risk and the moral order*. London: MacMillan Press LTD.
- Pascual, I. R. (2000). ¿Sociología da la Infancia? Aproximaciones a un campo de estudio difuso. *Revista Internacional de Sociología* (RIS), n.º 26, 99-124.
- Pinto, M. & Sarmento, M. J. (coord.) (1997). *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga: Centro de Estudos da Criança.
- Pinto, M. & Sarmento, M. J. (coord.) (1999). *Saberes Sobre as Crianças: Para uma Bibliografia sobre a Infância e as Crianças em Portugal*. Braga: Centro de Estudos da Criança.

- Pringle, M. K. (1983). *A Criança*. Lisboa: Edição do Instituto de Estudos e Acção Familiar.
- Qvortrup, J. (Ed.) (1993). *Childhood as a Social Phenomenon*. European Centre for Social Welfare Policy and Research:Vienna, Vol. 47.
- Qvortrup, J., Bardy, M., Sgritta, G. & Wintersberger, H. (Eds.) (1994). *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*. England: Avebury.
- Santos, B. S. (1989). O Estado e o Direito na Transição Pós-Moderna: para um novo senso comum sobre o poder e o direito. *Revista Crítica das Ciências Sociais* n.º 30.
- Tomás, C. A. (s/d). *Infância Marginalizada: História e Sociologia de um problema Social*. Textos de Trabalho, CEDIC.IEC. Universidade do Minho, n.º 5.
- Tomás, C. A. (2000). *Ter e Não Deter o Direito de Audição: um estudo de caso no Colégios de São Fiel*. Tese de mestrado não publicada, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Tomás, C. A. (2001). Posso falar? De um direito adquirido a um direito subtraído. *Revista Infância e Juventude*, n.º 01.2, Abril-Junho, 93-106.
- Villa, F. G. (1999). *El Mundo como Desilusión: la sociedad nihilista*. Madrid: Ediciones Libertarias.